

APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva do AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social apresenta o Relatório Anual de Informações – Exercício 2010 com o objetivo de levar ao conhecimento dos participantes ativos, assistidos, patrocinadores e instituidor, as informações relevantes sobre a gestão dos planos previdenciários e assistenciais.

O AGROS tem procurado investir, de forma responsável, em treinamentos e preparação de seus funcionários, com o intuito de que essa melhora reflita na qualidade dos serviços prestados aos participantes.

Este ano, o relatório traz, em suas últimas páginas, um glossário desenvolvido para proporcionar um melhor entendimento de algumas expressões e do relatório como um todo.

A Diretoria agradece aos participantes, aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, à Patrocinadora UFV, ao Instituidor UFVCredi, aos funcionários e aos prestadores de serviços pelo trabalho em conjunto e o esforço de todos, por uma gestão segura e eficiente do Instituto.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Dentre os fatos ocorridos em 2010, merecem destaque:

- No setor de previdência, foram desenvolvidas ações buscando novos instituidores; redução da contribuição de participantes e estudos para outras formas de destinação do superávit.

- No setor de saúde, podem-se destacar ações de ampliação de benefícios e serviços como a possibilidade de manutenção de filhos casados no plano de saúde; ampliação da rede credenciada; ampliação do número de sessões de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e nutrição; ampliação da cobertura odontológica com os procedimentos de enxerto de gengiva, mantenedor de espaço (prevenção) e fotografia para fins de auditoria.

- Início da execução do Pró-Visão – Programa de Educação para uma Vida Melhor, criado sob a orientação da Recomendação nº 1 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar. O programa desenvolveu ações para os públicos internos e externos, com conteúdos além do previsto na recomendação, levando informações, instruções e orientações, abrangendo educação financeira, previdenciária, de saúde e qualidade de vida.

- Intensificação do Serviço Social, com ações em todos os programas sociais da entidade, além dos trabalhos de assistência próprios do serviço social, como o atendimento aos participantes e seus familiares, com orientações que compreendem os direitos aos benefícios, a boa utilização dos planos e dos serviços, o uso do crédito e do dinheiro, entre outras.

- Criação do Programa de Capacitação e Treinamento dos funcionários. Esse programa visa manter e aprimorar a qualidade técnica dos funcionários para um melhor atendimento às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores, do mercado e, principalmente, para um melhor atendimento das demandas dos participantes e beneficiários.

- Criação do Programa de Preparação para a Aposentadoria, voltado, num primeiro momento, para os funcionários, visando proporcionar tranquilidade tanto para os funcionários quanto para a entidade.

GESTÃO DOS PLANOS

Os quadros apresentados a seguir ajudam a entender melhor a situação atual do Agros.

Quadro 01 – Empregados e Participantes Ativos, por Plano

Planos	2010		2009	
	Empregados	Participantes	Empregados	Participantes
PLANO B - RJU	4.541	4.000	4.439	4.045
PLANO A - CLT	76	75	73	72
PLANO AGROS - CD-01	0	530	0	283
TOTAL	4.617	4.605	4.512	4.400

O quadro 01 mostra que o Plano B ainda é o plano com maior número de participantes. Como ele não admite novas inscrições, a tendência é uma redução cada vez maior do número de participantes. O Plano A por se tratar de um plano para empregados regidos pelo regime de trabalho celetista, seus participantes ativos representam quase a totalidade dos funcionários do Agros. O Plano AGROS CD-01, plano de contribuição definida criado em 2008, que tem como instituidor a UFVCredi, apresenta em 2010, um crescimento de 87% no número de participantes, em relação ao ano de 2009.

Quadro 02 – Número de Benefícios Previdenciários, de Renda Continuada, em Manutenção

Tipo Benefício	2010				2009			
	Quantidade			%	Quantidade			%
	RJU	CLT	TOTAL		RJU	CLT	TOTAL	
Por Idade	141	15	156	21,25	146	16	162	21,99
Especial	0	8	8	1,09	0	8	8	1,08
Tempo de Serviço	2	43	45	6,13	2	44	46	6,24
Invalidez	216	15	231	31,47	210	15	225	30,53
Pensão por morte	125	169	294	40,06	118	177	295	40,03
Auxílio Doença	0	0	0	0	0	0	0	0
Auxílio Reclusão	0	0	0	0	1	0	1	0,13
TOTAL	484	250	734	100	477	260	737	100

O quadro 02 indica que o Agros pagou a cada mês do ano de 2010, 734 benefícios, tendo havido no total, uma redução de 03 benefícios em comparação ao ano de 2009.

Quadro 3 – Número de Benefícios de Pagamento Único

Tipo de Benefício	2010		2009	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Pecúlio por Morte	43	50,59	43	43,00
Auxílio Natalidade	23	27,06	32	32,00
Auxílio Funeral	11	12,94	14	14,00
Reserva de Poupança	8	9,41	11	11,00
Total	85	100	100	100,00

Os benefícios de pagamento único, ao contrário dos benefícios de renda continuada, não ocorrem todos os meses, mas sim, diante de situações eventuais.

Quadro 4 – Receitas Previdenciárias

Receitas / adições (em R\$ Mil)				
Planos Previdenciários	2010		2009	
	Contribuições	Investimentos	Contribuições	Investimentos
Plano A - CLT	5.457	12.342	3.737	28.541
Plano B - RJU	7.406	45.172	1.608	74.118
Plano CD-01	334	31	136	14
Total	13.197	57.545	5.481	102.673
Total Geral	70.742		108.154	

Quadro 5 – Despesas Previdenciárias

Despesas/Destações (em R\$ Mil)						
Planos Previdenciários	2010			2009		
	Pagamento de Benefícios	Constituição de Contingências	Despesas Administrativas	Pagamento de Benefícios	Constituição de Contingências	Despesas Administrativas
Plano A - CLT	4.305	3.353	2.240	4.373	3.182	66
Plano B - RJU	5.445	28	6.760	5.067	20	284
Plano CD-01	4	0	4	3	0	2
Total	9.754	3.381	9.004	9.443	3.202	352
Total Geral	22.139			12.997		

As receitas ou adições representam a soma das contribuições dos participantes e dos patrocinadores, mais o resultado dos investimentos. As despesas ou destinações representam a soma dos pagamentos de benefícios, da constituição de contingências mais as despesas administrativas. Nota-se que o resultado dos investimentos dá aos planos a solidez necessária para o cumprimento das obrigações previstas. É importante salientar que os investimentos são realizados utilizando-se a soma dos recursos disponíveis e não apenas o valor das contribuições.

Quadro 6 – Número de Participantes e de Dependentes dos Planos de Saúde Administrados pelo AGROS, por Produto

PLANOS	2010					2009				
	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%
PAS-UFV	13	29	1	43	0,29	18	37	6	61	0,42
AGROS Saúde I com Odontologia	3969	6441	2809	13.219	88,04	3772	6499	2350	12.621	87,13
AGROS Saúde I sem Odontologia	567	815	335	1.717	11,44	591	883	298	1.772	12,23
AGROS Saúde II com Odontologia	10	12	1	23	0,15	8	11	1	20	0,14
AGROS Saúde II sem Odontologia	5	7	0	12	0,08	5	6	0	11	0,08
TOTAL	4.564	7.304	3.146	15.014	100,0	4.394	7.436	2.655	14.485	100,00

Quadro 7 – Receitas Assistenciais

Receitas/adições (em R\$ Mil)				
	2010		2009	
	Contribuições	Investimentos	Contribuições	Investimentos
Planos assistenciais	44.941	6.170	42.418	10.018
Total	51.111		52.436	

Quadro 8 – Despesas Assistenciais

Despesas/destinações (em R\$ Mil)				
	2010		2009	
	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas
Planos assistenciais	43.845	2.703	43.589	1.558
Total	46.548		45.147	

Os quadros 7 e 8 mostram que os planos de saúde atingiram equilíbrio.

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS - EXERCÍCIO 2010 – PERÍODO DE REFERÊNCIA 01/2010 A 12/2010

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Constantino José Gouvêa Filho.

Planos A e B – Plano de Benefícios Previdenciários Celetista e Plano de Benefícios Previdenciários Estatutário

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
INPC	5%

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENTA FIXA	35,00%	100,00%	48,00%
RENTA VARIÁVEL	0,00%	60,00%	30,00%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	8,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	11,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	2,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	1,00%	1,00%

Plano C – Plano de Benefícios Previdenciários AGROS CD-01

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
DI-CETIP	0,00

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENTA FIXA	100,00%	100,00%	100,00%

Planos de Saúde – Planos de Benefícios Assistenciais

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
DI-CETIP	0,00

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENTA FIXA	100,00%	100,00%	100,00%

PGA – Plano de Gestão Administrativa

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
DI-CETIP	0,00

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENTA FIXA	100,00%	100,00%	100,00%

De acordo com a Política de Investimento dos planos, todos os investimentos utilizam derivativos e possuem gestão para controle de riscos que envolvem: Risco de Mercado, Risco de Liquidez, Risco de Contraparte, Risco Operacional, Risco Legal e outros.

DI – DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

Apresentamos os custos incorridos na administração dos recursos do AGROS em 2010, bem como os resultados apurados em consonância com a política de investimentos.

Custos Previstos na Política	Valores Realizados no Ano de 2010 (R\$)
Administração dos Recursos	1.339.982,74
Custódia dos Recursos	83.166,13
Corretagem	148.980,49
Auditoria Contábil e de Gestão	57.145,25

Apuração dos Resultados - Os resultados apurados nos investimentos dos ativos do AGROS, no ano de 2010, estão em consonância com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 21/12/2009 e divulgada em 22/12/2009.

As alocações dos ativos entre os diversos segmentos respeitaram os limites de aplicação previstos na Resolução 3792/CMN de 24/09/2009, Ofício Circular nº 37/2002/SPC/MPAS, Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007, Resolução MPS /CGPC nº 7 de 04/08/2005 e MPS/CGPC/MPS nº 23 de 06/12/2006, encontram-se de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do AGROS:

Limites de Alocação Estratégica da Carteira por Segmento Previsto e Realizado

Previsto na Política		Alocação ano de 2010
Renda Fixa	Mínimo de 35% e Max. de 100%	53,20%
Renda Variável	Máximo de 60%	26,95%
Imóveis	Máximo de 8%	9,55%
Empréstimos aos Participantes	Máximo de 15%	10,30%

Limites de Valor em risco - Os limites de tolerância a risco foram medidos pelo “Value at Risk” (VaR) para 21 dias úteis, com grau de confiança de 95%, conforme previsto na Política de Investimentos e está sendo devidamente monitorado:

Previsto na Política	“Value at Risk” (VaR)
Renda Fixa – 3% do valor alocado	0,3186%
Renda Variável – 20% valor alocado	4,0150%

Custos da Gestão dos Recursos – Ano de 2010 (em R\$)	
1- Administração de recursos	
Riskbank (Empresa de rating)	14.201,60
Ag. Estado (Acompanhamento Mercado Financeiro)	18.372,24
Economática (Sistema de análises)	15.048,00
CDL (Consulta SPC/SERASA)	5.050,77
Syslg Informática (Sistema de empréstimos)	30.682,69
Intech Soluções em Tecnologia da Informação Ltda	63.852,69
Administração de Fundos Mútuos (Asset Management)	492.181,57
Despesas Administrativas (Pessoal, encargos e Custeio)	700.593,18
Total	1.339.982,74
2- Custódia dos recursos	
Taxa de Cust. Vol. Financeiro Renda Variável (BOVESPA)	4.915,10
Custódia e Controladoria - HSBC Bank Brasil	70.385,63
Risk Office - (VAR e DAIEA)	7.865,40
Total	83.166,13
3- Auditoria	
Auditoria Contábil e de Gestão	57.145,25
Total	57.145,25
4- Corretagem	
VOTORANTIM CTVM LTDA	57.272,72
UBS WARBURG C.C.V.M. S/A	64.547,63
MUNDINVEST S/A C.C.V.M	27.160,14
Total	148.980,49
Total Geral	1.629.274,61

Resumo do DI para os Participantes

DI - Demonstrativo de Investimentos do 2º SEMESTRE de 2010

Diretor Geral da Entidade: Luiz Sérgio Saravaiva

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Constantino José Gouvêa Filho (Renda Fixa, Variável, Imóveis e Empréstimos)

Fone: (31) 3899-3500 Ramal 247, E-mail: constantino@agros.org.br

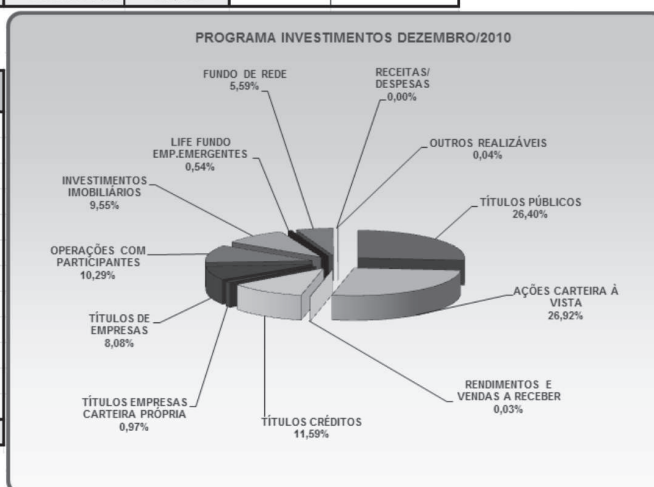
Auditor Independente e de Gestão: Auditasse Auditores Independentes S/C

Total da Alocação dos Recursos da Entidade (em R\$)

Segmentos de Aplicação	Patrimônio				Política de Investimentos	
	dezembro-10		junho-10			
	Valor	Participação	Valor	Participação	Limite Mínimo	Limite Máximo
RENDA FIXA	334.440.331,58	53,20%	317.442.075,07	55,80%	35%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	169.459.049,00	26,95%	144.132.728,01	25,34%	-	60,00%
IMÓVEIS	60.028.919,51	9,55%	46.972.780,81	8,25%	-	8,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	64.730.227,26	10,30%	60.355.872,27	10,61%	-	15,00%
Total:..	628.658.527,35	100,00%	568.903.456,16	100,00%	-	-

Posição do Programa de Investimentos DEZEMBRO/2010 (em R\$)

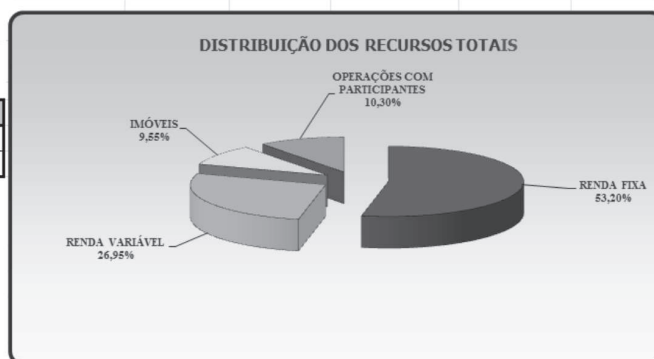
Segmentos de Ativos	Valor	Participação
TÍTULOS PÚBLICOS	166.001.044,68	26,40%
AÇÕES CARTEIRA À VISTA	169.293.514,22	26,92%
RENDIMENTOS E VENDAS A RECEBER	165.534,78	0,03%
TÍTULOS CRÉDITOS	72.896.715,40	11,59%
TÍTULOS EMPRESAS CARTEIRA PRÓPRIA	6.128.121,33	0,97%
TÍTULOS DE EMPRESAS	50.822.828,07	8,08%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	64.730.227,26	10,29%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	60.028.919,51	9,55%
LIFE FUNDO EMP.EMERGENTES	3.421.656,66	0,54%
FUNDO DE REDE	35.169.410,31	5,59%
RECEITAS/DESPESAS	555,13	0,00%
OUTROS REALIZÁVEIS	179.254,31	0,04%
TOTAL:..	628.837.781,66	100,00%



Limites de Valor em Risco - (VaR)

Previsto na Política	"Value at Risk" (VaR)
Renda Fixa - 3% do valor alocado	0,3186%
Renda Variável - 20% valor alocado	4,0150%

Os limites de tolerância a risco foram medidos pelo "Value at Risk" (VaR) modelo não paramétrico, com grau de confiança de 95%, considerando o horizonte de tempo e as oscilações do mercado.



Rentabilidades (calculada pelo método de cotas)

MESES	Renda Fixa ¹	Renda Variável ²	Empréstimos Brutos	Imóveis	R.G.R.T. ³	Taxa Atuarial ⁴	IBOVESPA ⁵	Taxa SELIC
outubro de 2010	1,0583%	2,7738%	1,0534%	0,2988%	1,4732%	1,3312%	1,7918%	0,8072%
novembro de 2010	0,5624%	-1,8681%	1,7694%	0,4685%	0,1853%	1,4416%	-4,1996%	0,8072%
dezembro de 2010	1,2470%	3,6353%	1,7699%	32,1552%	4,2750%	1,0099%	2,3617%	0,9289%
TOTAL 2º TRIMESTRE DE 2010	2,8939%	4,5202%	4,6616%	33,1710%	6,0072%	3,8300%	-0,1800%	2,5648%
ACUMULADO ANO 2010:..	11,1623%	7,0091%	17,5935%	41,3302%	12,9174%	11,7885%	1,0440%	9,7769%

Observações:

- 1 - Rentabilidade dos Títulos de Renda Fixa e Fundos de Investimentos
- 2 - Rentabilidade da Carteira de Ações
- 3 - Rentabilidade dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (P.L.)
- 4 - INPC + 5,00% a.a (Taxa Atuarial)
- 5 - Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

QUADRO DE METAS			
SEGMENTO	Plano A	Plano B	Plano CD-01 e PGA
Renda Fixa	IPCA + 6% aa	IPCA + 6% aa	100% CDI
Renda Variável	IBOVESPA	IBOVESPA	X
Investimentos Estruturados	IPCA + 5% aa	IPCA + 5% aa	X
Investimentos no Exterior	IPCA + 5% aa	IPCA + 5% aa	X
Imóveis	IPCA + 5% aa	IPCA + 5% aa	X
Empréstimos a Participantes	INPC + 7% aa	INPC + 7% aa	X
Meta atuarial	INPC + 5% aa	INPC + 5% aa	INPC + 5%

As alocações dos ativos do AGROS no 2º semestre de 2010, entre os diversos segmentos, respeitaram os limites de aplicação previsto na Resolução 3.792 do BACEN de 01/09/2009 e 3.846 de 25/03/2010 encontram-se de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do AGROS, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 21/12/2009, resolução 231/2009.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O ano de 2010 não foi muito diferente do ano de 2009 com relação à economia internacional. Os Estados Unidos - EUA iniciaram o ano bem posicionados, com a política monetária do Federal Reserve System – FED mais amena, possibilitando o retorno do crescimento da economia americana em um prazo menor do que os analistas previam.

A China também teve um começo de ano animador, anunciando um crescimento projetado de 12%.

Na Europa foi diferente. A crise iniciada pela sucessão de novidades vindas da Grécia colocou as autoridades do Euro em apuros crescentes, criando fortes dúvidas sobre a solvência de parte dos bancos, com a possibilidade de não honrar compromissos com diversos agentes econômicos mundiais, favorecendo um risco sistêmico.

O encontro dos vinte países mais ricos do mundo, o G20, em Toronto, pode ser visto como um divisor de águas. Testes de stress nos bancos e a criação de um fundo para salvar os membros da Zona do Euro deram alívio temporário ao mercado. Alguns países saíram dessa reunião determinados a fazer ajustes fiscais mais fortes para enfrentar as consequências da crise que ameaçava se instalar.

Juntando-se a esse cenário turbulento mundial, houve, ainda, incertezas e rumores de riscos políticos e econômicos, que poderiam prejudicar o crescimento e a manutenção de juros em patamares razoáveis. Isto afetou países como Irlanda, Portugal, Espanha e Itália e mais alguns da zona do euro.

Durante 2010, predominou no Brasil a sucessão presidencial. A iminente vitória da candidata Dilma demonstrava, e o mercado esperava, a continuidade da política econômica vigente no país. Foi notória a boa performance da economia nacional durante este período, frente a todo este cenário externo que se instalava em diversas partes do mundo. O Brasil teve seu desempenho destacado pelos seguintes fatos: crescimento consistente do PIB de 7,5%, taxa de desempre-

go de 6,7% atingindo a mínima histórica e a valorização do real frente ao dólar, dentre outros.

O que mais preocupou o mercado foi a taxa de inflação, medida pelo IPCA, ter ficado posicionada acima do patamar projetado pelo Banco Central. E, com medidas econômicas rápidas e práticas, para poder ter maior controle sobre a inflação e desaquecer a grande demanda por crédito no mercado interno, o Banco Central promoveu aumentos na taxa básica de juros (SELIC), encerrando 2010 em 10,75%, o que representou 2,00 (dois) pontos percentuais acima do fechamento do ano anterior.

Tendo este cenário externo e nacional como referência, o Agros agiu com prudência e responsabilidade, sempre na busca de resultados favoráveis para manter o equilíbrio atuarial, não se esquecendo da mitigação dos riscos que envolvem as operações da sua carteira de investimentos.

Com gestão ativa e sempre obedecendo aos limites estabelecidos pela legislação aplicável e aos ditames da política de investimentos, o Agros encerrou o exercício de 2010 com 53,20% dos recursos totais investidos em renda fixa, a qual atingiu a rentabilidade de 11,16% a.a.. O setor de imóveis foi destaque, com rentabilidade de 41,33%, beneficiado pela reavaliação desses ativos.

A carteira de ações do Instituto teve rentabilidade de 7,00%, atingindo performance superior ao Ibovespa, (benchmark), que obteve a rentabilidade de 1,04%, neste mesmo período.

Considerando o contexto mencionado, em que o Agros atua e se firma a cada ano como um gestor de destaque entre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs, vale ressaltar que a rentabilidade dos RGRT - Recursos Garantidores das Reservas Técnicas em 2010, mais uma vez superou sua meta atuarial, atingindo 12,91% frente a 11,78% da meta atuarial, ficando em um patamar de 1,01% acima do exigível atuarial, o que demonstra a capacidade do Agros em superar desafios e, com zelo e profissionalismo, manter o Instituto superavitário.

Demonstrações Contábeis
DEMONSTRATIVO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
DISPONÍVEL	75	51	EXIGÍVEL OPERACIONAL	4.471	1.420
REALIZÁVEL	593.253	541.745	Gestão Previdencial	322	8
Gestão Previdencial	392	15	Gestão Administrativa	3.462	1.135
Gestão Administrativa	6.646	3.892	Investimentos	687	277
Investimentos	586.215	537.838	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	21.637	19.397
Créditos Privados e Depósitos	6.128	5.783	Gestão Previdencial	163	135
Ações	169.459	166.127	Gestão Administrativa	4.366	3.664
Fundos de Investimentos	285.690	262.629	Investimentos	17.108	15.598
Investimentos Imobiliários	60.029	47.378	PATRIMÔNIO SOCIAL	569.829	523.187
Empréstimos e Financiamentos	64.730	55.819	Patrimônio de Cobertura do Plano	441.559	493.683
Outros Realizáveis	179	102	Provisões Matemáticas	351.801	310.371
PERMANENTE	2.609	2.208	Benefícios Concedidos	145.265	130.226
Imobilizado	2.216	1.734	Benefícios a Conceder	206.536	180.145
Intangível	393	474	Equilíbrio Técnico	89.758	183.312
GESTÃO ASSISTENCIAL	45.969	40.487	Resultados Realizados	89.758	183.312
			Superávit Técnico Acumulado	89.758	183.312
			Fundos	128.270	29.504
			Fundos Previdenciais	102.528	1.800
			Fundos Administrativos	25.119	27.561
			Fundos dos Investimentos	623	143
			GESTÃO ASSISTENCIAL	45.969	40.487
TOTAL DO ATIVO	641.906	584.491	TOTAL DO PASSIVO	641.906	584.491

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO A - CLT
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	147.826	134.989	9,51%
Disponível	20	30	-33,33%
Recebíveis	6.870	8.388	-18,10%
Investimentos	140.936	126.571	11,35%
Créditos Privados e Depósitos	1.528	1.443	5,89%
Ações	46.768	41.338	13,14%
Fundos de Investimentos	67.821	63.793	6,31%
Investimentos Imobiliários	13.976	10.927	27,90%
Empréstimos	10.798	9.043	19,41%
Outros Realizáveis	43	25	72,00%
2. Obrigações	9.873	3.197	208,82%
Operacional	835	98	752,04%
Contingencial	9.038	3.099	191,64%
3. Fundos Não Previdenciais	6.649	8.389	-20,74%
Fundos Administrativos	6.531	8.383	-22,09%
Fundos de Investimentos	118	6	1866,67%
4 Ativo Líquido (1-2-3)	131.304	123.403	6,40%
Provisões Matemáticas	76.409	66.057	15,67%
Superávit / Déficit Técnico	19.102	55.546	-65,61%
Fundos Previdenciais	35.793	1.800	1888,50%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO B - RJU
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	441.391	408.827	7,97%
Disponível	15	15	0,00%
Recebíveis	18.641	23.987	-22,29%
Investimentos	422.735	384.825	9,85%
Créditos Privados e Depósitos	4.599	4.340	5,97%
Ações	122.691	118.991	3,11%
Fundos de Investimentos	195.325	178.567	9,38%
Investimentos Imobiliários	46.052	36.075	27,66%
Empréstimos	53.932	46.775	15,30%
Outros Realizáveis	136	77	76,62%
2. Obrigações	10.061	12.822	-21,53%
Operacional	1.828	186	882,80%
Contingencial	8.233	12.636	-34,84%
3. Fundos Não Previdenciais	19.094	24.114	-20,82%
Fundos Administrativos	18.588	23.977	-22,48%
Fundos de Investimentos	506	137	269,34%
4 Ativo Líquido (1-2-3)	412.236	371.891	10,85%
Provisões Matemáticas	274.845	244.125	12,58%
Superávit / Déficit Técnico	70.656	127.766	-44,70%
Fundos Previdenciais	66.735	0	

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO C - AGROS CD-01
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	548	189	189,95%
Disponível	4	0	
Investimentos	544	189	187,83%
Fundos de Investimentos	544	189	187,83%
2. Obrigações	1	0	
Operacional	1	0	
3. Ativo Líquido (1-2)	547	189	189,42%
Provisões Matemáticas	547	189	189,42%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO A - CLT
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	123.403	98.746	24,97%
1. Adições	27.506	32.278	-14,78%
Contribuições Previdenciárias	5.457	3.737	46,03%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	22.049	28.541	-22,75%
2. Destinações	19.605	7.621	157,25%
Benefícios	4.305	4.373	-1,55%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.707	0	
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	3.353	3.182	5,37%
Custeio Administrativo	2.240	66	3293,94%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.901	24.657	-67,96%
Provisões Matemáticas	10.352	10.338	0,14%
Fundos Previdenciais	33.993	67	50635,82%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-36.444	14.252	-355,71%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	131.304	123.403	6,40%
C) Fundos Não Previdenciais	6.648	8.389	-20,75%
Fundos Administrativos	6.531	8.383	-22,09%
Fundos de Investimentos	117	6	1850,00%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO B - RJU
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	371.891	301.536	23,33%
	1. Adições	60.042	75.726	-20,71%
(+)	Contribuições Previdenciárias	7.406	1.608	360,57%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	52.636	74.118	-28,98%
	2. Destinações	19.697	5.371	266,73%
(-)	Benefícios	5.445	5.067	7,46%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.464	0	
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	28	20	40,00%
(-)	Custeio Administrativo	6.760	284	2280,28%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	40.345	70.355	-42,66%
(+/-)	Provisões Matemáticas	30.720	2.623	1071,18%
(+/-)	Fundos Previdenciais	66.735	0	
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-57.110	67.732	-184,32%
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	412.236	371.891	10,85%
	C) Fundos Não Previdenciais	19.094	24.114	-20,82%
(+/-)	Fundos Administrativos	18.588	23.977	-22,48%
(+/-)	Fundos de Investimentos	506	137	269,34%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO C - AGROS CD-01
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	189	44	329,55%
	1. Adições	366	150	144,00%
(+)	Contribuições Previdenciárias	334	136	145,59%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	32	14	128,57%
	2. Destinações	9	5	80,00%
(-)	Benefícios	4	3	33,33%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1	0	
(-)	Custeio Administrativo	4	2	100,00%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	358	145	146,90%
(+/-)	Provisões Matemáticas	358	145	146,90%
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	547	189	189,42%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	495.483	393.035	26,07%
	1. Adições	146.293	168.683	-13,27%
(+)	Contribuições Previdenciárias	4.194	5.481	-23,48%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	74.718	102.673	-27,23%
(+)	Receitas Administrativas	9.506	848	1020,99%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.323	6.663	-35,12%
(+)	Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	2.442	582	319,59%
(+)	Receitas Assistenciais	51.110	52.436	-2,53%
	2. Destinações	93.126	67.794	37,37%
(-)	Benefícios	9.754	9.443	3,29%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.172	0	
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	3.381	3.202	5,59%
(-)	Despesas Administrativas	15.754	8.712	80,83%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	106	0	
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	412	1.290	-68,06%
(-)	Despesas Assistenciais	46.547	45.147	3,10%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	53.167	102.448	-48,10%
(+/-)	Provisões Matemáticas	41.430	13.107	216,09%
(+/-)	Fundos Previdenciais	100.728	67	150240,30%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-93.554	81.985	-214,11%
(+/-)	Gestão Assistencial	4.563	7.289	-37,40%
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	548.650	495.483	10,73%
	C) Fundos Não Previdenciais	25.742	27.704	-7,08%
(+/-)	Fundos Administrativos	25.119	27.561	-8,86%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	623	143	335,66%

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO A - CLT
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	95.511	121.603	-21,46%
1. Provisões Matemáticas	76.409	66.057	15,67%
1.1. Benefícios Concedidos	47.811	48.047	-0,49%
Benefício Definido	47.811	48.047	-0,49%
1.2. Benefícios a Conceder	28.598	18.010	58,79%
Benefício Definido	28.598	18.010	58,79%
2. Equilíbrio Técnico	19.102	55.546	-65,61%
2.1. Resultados Realizados	19.102	55.546	-65,61%
Superávit Técnico Acumulado	19.102	55.546	-65,61%
Reserva de Contingência	19.102	16.514	15,67%
Reserva para Revisão do Plano	0	39.032	-100,00%

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO B - RJU
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	345.501	371.891	-7,10%
1. Provisões Matemáticas	274.845	244.125	12,58%
1.1. Benefícios Concedidos	97.454	82.179	18,59%
Benefício Definido	97.454	82.179	18,59%
1.2. Benefícios a Conceder	177.391	161.946	9,54%
Benefício Definido	177.391	161.946	9,54%
2. Equilíbrio Técnico	70.656	127.766	-44,70%
2.1. Resultados Realizados	70.656	127.766	-44,70%
Superávit Técnico Acumulado	70.656	127.766	-44,70%
Reserva de Contingência	68.711	61.031	12,58%
Reserva para Revisão do Plano	1.945	66.735	-97,09%

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO C - AGROS CD-01
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	547	190	187,89%
1. Provisões Matemáticas	547	190	187,89%
1.2. Benefícios a Conceder	547	190	187,89%
Contribuição Definida	547	190	187,89%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0	1	-100,00%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	547	189	189,42%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Mil - R\$)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2009	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	27.561	28.143	-2,07%
1. Custeio da Gestão Administrativa	13.830	9.420	46,82%
1.1 Receitas	13.830	9.420	46,82%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	9.071	1	907000,00%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	195	0	
Receitas Diretas	40	8	400,00%
Resultado Positivo dos Investimentos	4.323	6.663	-35,12%
Reembolso da Gestão Assistencial	110	1.558	-92,94%
Outras Receitas	91	1.190	-92,35%
2. Despesas Administrativas	16.166	10.002	61,63%
2.1 Administração Previdencial	7.584	7.852	-3,41%
Pessoal e Encargos	4.644	4.913	-5,48%
Treinamentos/Congressos e Seminários	84	36	133,33%
Viagens e Estadias	140	61	129,51%
Serviços de Terceiros	1.814	1.310	38,47%
Despesas Gerais	224	205	9,27%
Depreciações e Amortizações	264	174	51,72%
Contingências	404	1.153	-64,96%
Outras Despesas	10	0	
2.2 Administração dos Investimentos	1.070	593	80,44%
Pessoal e Encargos	817	351	132,76%
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	1	0,00%
Viagens e Estadias	2	0	
Serviços de Terceiros	219	171	28,07%
Despesas Gerais	2	5	-60,00%
Depreciações e Amortizações	0	23	-100,00%
Contingências	8	42	-80,95%
Outras Despesas	21	0	
2.3 Administração Assistencial	0	1.557	-100,00%
2.4 Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	7.512	0	
3. Resultado Negativo dos Investimentos	106	0	
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	-2.442	-582	319,59%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	-2.442	-582	319,59%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	25.119	27.561	-8,86%

BALANÇO PATRIMONIAL ASSISTENCIAL - ATIVO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Reais - R\$)

ATIVO	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	45.881.344,13	39.321.064,49
Disponível	10.901,05	5.749,80
Realizável	45.870.443,08	39.315.314,69
Aplicações	42.622.224,78	37.052.248,63
<u>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</u>	<u>2.868.856,31</u>	<u>1.798.414,45</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber	2.395.242,46	1.431.411,21
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	473.613,85	367.003,24
Títulos e Créditos a Receber	128,34	100,00
Outros Valores e Bens	379.233,65	464.551,61
ATIVO NÃO CIRCULANTE	87.455,51	1.165.593,42
Realizável a Longo Prazo	87.455,51	1.165.593,42
Valores e Bens	87.455,51	121.338,43
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	1.044.254,99
TOTAL DO ATIVO	45.968.799,64	40.486.657,91

* As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL ASSISTENCIAL - PASSIVO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Reais - R\$)

PASSIVO	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE	4.704.900,64	3.749.531,03
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	3.286.935,12	2.810.831,19
Provisão de Eventos a Liquidar	2.146.518,64	1.549.137,15
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	1.140.416,48	858.672,90
Outras Provisões Técnicas	-	403.021,14
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	252.085,86	194.646,55
Contraprestações a Restituir	105.625,93	-
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	146.459,93	194.646,55
Débitos de Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. C/ Planos de Saúde da Operadora	2.447,55	-
Tributos e Contribuições a Recolher	325.385,70	367.226,53
Débitos Diversos	838.046,41	376.826,76
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.575.836,25	1.612.215,10
Exigível a Longo Prazo	1.575.836,25	1.612.215,10
Provisões	1.575.836,25	1.612.215,10
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	39.688.062,75	35.124.911,78
Capital Social ou Patrimônio Social	39.688.062,75	35.124.911,78
TOTAL DO PASSIVO	45.968.799,64	40.486.657,91

* As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - ASSISTENCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Reais - R\$)

DESCRIÇÃO	2010	2009
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	24.016.305,69	42.273.402,07
Contraprestações Líquidas	23.313.284,55	42.273.402,07
Variação das Provisões Técnicas	403.021,14	-
Eventos Indenizáveis Líquidos	(19.021.546,31)	(21.322.067,52)
Eventos Corrigidos ou Avisados	(21.534.472,36)	(21.466.823,17)
Recuperação de Eventos Corrigidos ou Avisados	2.791.950,34	-
Outras Recuperações/ Ressarcimentos/ Deduções de Eventos	3.119,69	144.759,65
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(261.743,38)	-
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	4.994.759,38	20.951.334,55
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. com Planos de Saúde da Operadora	(1.079.221,25)	-
RESULTADO BRUTO	3.915.538,13	20.951.334,55
Despesas Administrativas	(2.607.830,01)	(1.557.563,17)
Outras Receitas Operacionais	2.052.767,61	-
Outras Despesas Operacionais	(22.377.079,81)	(22.122.189,01)
Provisão Para Perdas sobre Créditos	(173.750,36)	-
Provisão Para Contingências - Operacional	(20.495.675,53)	(21.974.527,20)
Outras	(1.112.053,92)	(141.861,73)
Resultado Financeiro Líquido	23.579.755,05	10.017.548,68
Receitas Financeiras	25.341.484,38	13.017.543,68
Despesas Financeiras	(1.461.709,33)	-
RESULTADO OPERACIONAL	4.563.150,97	7.289.131,05
RESULTADO LÍQUIDO	4.563.150,97	7.289.131,05

* As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL - ASSISTENCIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em R\$)

DESCRIÇÃO	Capital / Patrimônio Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital / Patrimoniais	Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos / Déficits Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	27.835.780,73	-	-	-	-	-	-	-	27.835.780,73
Aumentos de Capital / Patrimônio Social com lucros e reservas e em espécie	7.289.131,05	-	-	-	-	-	-	-	7.289.131,05
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	35.124.911,78	-	-	-	-	-	-	-	35.124.911,78
Aumentos de Capital / Patrimônio Social com lucros e reservas e em espécie	4.563.150,97	-	-	-	-	-	-	-	4.563.150,97
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	39.688.062,75	-	-	-	-	-	-	-	39.688.062,75

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO - ASSISTENCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores em Reais - R\$)

DESCRIÇÃO	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos de Saúde	95.265.114,64	17.465.525,72
Outros Pagamentos Operacionais	(95.259.963,39)	(17.477.798,53)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	5.151,25	(12.272,81)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	5.151,25	(12.272,81)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	5.151,25	(12.272,81)
CAIXA - Saldo Inicial	5.749,80	18.022,61
CAIXA - Saldo Final	10.901,05	5.749,80
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	5.151,25	(12.272,81)

* As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios de 2010 e 2009

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar e de assistência à saúde. O Plano Previdenciário foi constituído por prazo indeterminado, em 15 de novembro de 1979, autorizado a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS em 8 de maio de 1980, sob o Registro nº 14 na PREVIC. O Plano Assistencial, também constituído por prazo indeterminado, em funcionamento desde 1º de setembro de 1994, foi registrado na ANS, sob o nº 368920, em 11 de setembro de 2001.

As patrocinadoras dos planos previdenciários, de Benefícios Definidos, e do plano assistencial são:

- UFV - Universidade Federal de Viçosa; e
- AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social.

O AGROS administra, também, um Plano Previdenciário de Contribuição Definida, denominado AGROS

CD-01, e tem como Instituidora a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa - UFV-CREDI.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Instituto não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2010 e 2009, o Agros aplicou, no país, a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração dos recursos coletados e utilizados e de suas rendas, receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

2. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA

O AGROS oferece aos participantes os seguintes planos, que são reconhecidos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB – PREVIC):

• **PLANO PREVIDENCIÁRIO CELETISTA “A” - BENEFÍCIO DEFINIDO:** corresponde ao plano original oferecido pelo AGROS, registrado no CNPB sob o nº 19.800.008-83.

Esse plano de benefícios abrange:

- Os funcionários da UFV que não são regidos pela Lei 8.112/90 - RJU – Regime Jurídico e, portanto, sujeitos às regras e determinações da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;

- Os funcionários do AGROS e das ex-patrocinadoras: CENTREINAR e FUNARBE – Fundação Arthur Bernardes.

Em 14/07/2010 o Conselho Deliberativo do Agros (CDE) aprovou a Resolução nº 238/2010, que trata da destinação obrigatória do superávit, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos do Plano A para 0,2%, exceto os que aderiram ao plano até dezembro de 2006.

Em dezembro de 2010, o CDE aprovou a Resolução nº 244/2010 suspendendo as contribuições de ativos, assistidos e patrocinadores, do Plano A pelo prazo de três anos, criou o Fundo Previdenciário para Reserva Especial do Plano A, dando destinação ao superávit acumulado em três exercícios consecutivos e instituiu o benefício denominado Abono Temporário para os participantes assistidos. A implantação dessas medidas aguarda aprovação da PREVIC.

• **PLANO PREVIDENCIÁRIO ESTATUTÁRIO “B” - BENEFÍCIO DEFINIDO:** Esse plano de benefícios abrange todos os servidores da UFV regidos pelo RJU – Regime Jurídico Único e que, portanto, não estão sujeitos às regras e determinações da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, registrado no CNPB sob o nº 19.920.001-74.

Em 14/07/2010, atendendo aos normativos sobre destinação voluntária do superávit, o CDE aprovou a Resolução nº 238/2010, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos do Plano B para 0,2%.

Em dezembro de 2010, o CDE aprovou a Resolução nº 245/2010, criando o Fundo Previdenciário para Reserva Especial do Plano B, dando destinação, de forma voluntária, ao superávit e instituiu o benefício denominado Abono Temporário para os participantes assistidos. A implantação dessas medidas aguarda aprovação da PREVIC.

• **PLANO PREVIDENCIÁRIO “C” – AGROS CD-01” – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA:** O Instituto criou o plano de Instituidor denominado AGROS CD-01 e celebrou con-

vênio com a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa – UFV-CREDI, na condição de Instituidora do Plano, que foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar por meio da Portaria nº 2.174, de 02 de abril de 2008, registrado no CNPB sob o nº 20.080.010-83.

As metas atuariais para o ano 2010 dos planos de benefícios previdenciários: A (CLT) e B (RJU), correspondem à variação do INPC acrescida de 5% a.a.

O Instituto adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das provisões matemáticas relativas aos benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão dos Planos “A” e “B”. Em conformidade com o regime de capitalização, a provisão matemática resultante de cálculos atuariais é a diferença entre o valor atual dos compromissos de cada plano com o pagamento dos benefícios atuais e futuros aos participantes e beneficiários e o valor atual das contribuições futuras dos participantes e das patrocinadoras. O Plano de Instituidor AGROS CD-01, também adota o regime financeiro de capitalização para formação de seu Patrimônio de Cobertura das Provisões Matemáticas, referentes aos benefícios previdenciários programados, pagos na forma de renda mensal por prazo determinado e indeterminado, computados no saldo de conta do participante.

3. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA ASSISTENCIAL

O plano assistencial conta com os seguintes produtos:

- PAS-UFV (Plano de Assistência à Saúde dos Participantes do AGROS);
- AGROS Saúde I com Odontologia;
- AGROS Saúde I sem Odontologia;
- AGROS Saúde II com Odontologia;
- AGROS Saúde II sem Odontologia.

Em 18 de novembro de 2009, o Agros obteve o registro definitivo concedido pela ANS, na modalidade de autogestão, para atuar no mercado de saúde suplementar como operadora de planos de assistência à saúde (ANS nº 368920), conforme publicado no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2009.

O PAS-UFV é um plano ativo, com comercialização suspensa, conforme seu cadastro junto à ANS.

Os produtos denominados AGROS Saúde foram criados em conformidade com a Portaria Normativa nº 01, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério

do Planejamento Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), alterada pela Portaria Normativa nº 5 - SRH/MPOG, fazendo parte do Convênio 035/2007 celebrado entre o Agros e a UFV.

Todos os Planos de Saúde administrados pelo Agros permitem a inscrição de dependentes diretos e dependentes especiais.

3.1 – Custeio

De acordo com disposição específica do seu Regulamento, o custeio dos planos denominados Agros Saúde será atendido pelas seguintes fontes de receita:

a) contribuições mensais dos Beneficiários Titulares, em virtude de sua inscrição e da inscrição de seus Dependentes e Dependentes Especiais, bem como dos Pensionistas;

b) coparticipações do Beneficiário;

c) valores repassados pelas patrocinadoras e destinados aos beneficiários que façam jus ao patrocínio, conforme estabelecido pela legislação aplicável e demais instrumentos que regulam a existência de patrocínio, dentre eles, os contratos e convênios constituídos para esse fim;

d) receitas provenientes do Fundo Assistencial, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo do Agros e definido em atos normativos da entidade;

e) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não onerosos para o Agros.

As receitas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, denominadas Receitas Assistenciais, são obtidas segundo os critérios descritos nos subitens a seguir:

3.1.1 - Contribuição dos Beneficiários

Titulares e Dependentes Diretos

O valor da contribuição mensal dos beneficiários titulares e de seus dependentes diretos é definido em função de sua faixa etária, conforme tabela constante no plano de custeio dos planos administrados pelo Agros.

Inicialmente, é calculado o total das contribuições do titular, tomando-se por base a sua idade e a de seus dependentes diretos e os valores constantes na referida tabela.

Do total das contribuições atribuídas ao titular, em função de seu grupo familiar, é deduzido o montante referente ao subsídio do Governo Federal, previsto na Portaria SRH/MPOG nº 03/2009, calculado de acordo com o estabelecido no Plano de Custeio dos planos assistenciais.

O valor da contribuição do titular, após dedução do subsídio governamental, está limitado a um teto que não poderá ser superior a 5% do seu salário de contribuição. O excedente, caso haja, será custeado por recursos do Fundo Assistencial.

Para ativos e aposentados, o cálculo do teto é feito por grupo familiar; para pensionistas, o cálculo é individual, devido à forma de operacionalização do SIAPE.

Dependentes Especiais

A contribuição dos dependentes especiais é determinada em função da faixa etária de cada um, em conformidade com tabelas constantes nos planos de custeio dos planos assistenciais administrados pelo AGROS.

3.1.2 - Contribuição das Patrocinadoras

Patrocinadora UFV

A contribuição da patrocinadora Universidade Federal de Viçosa – UFV corresponde ao subsídio governamental, concedido exclusivamente aos titulares e seus dependentes diretos, estabelecido com base na tabela definida na Portaria Conjunta SRH/SOF/MP nº 1/2009.

Patrocinadora Agros

A contribuição da patrocinadora Agros é determinada segundo os mesmos critérios de cálculo da contribuição da patrocinadora UFV.

3.1.3 - Coparticipação do Beneficiário

Além das contribuições definidas nos subitens 3.1.1 e 3.1.2, os beneficiários dos Planos Agros Saúde estão sujeitos a coparticipação nos custos dos procedimentos utilizados, conforme percentuais definidos a seguir:

1) Consultas Médicas: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento;

2) Procedimentos Odontológicos: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento;

3) Exames: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento, limitado a R\$ 100,00 (cem reais), por exame;

4) Consultas/Sessões com nutricionistas, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento, até o limite de consultas/sessões previsto no Rol de Procedimentos da ANS e 100% (cem por cento) do valor dos procedimentos que excederem o referido limite;

5) Fisioterapia: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento, limitado a R\$ 100,00 (cem reais) por procedimento;

6) Acupuntura: 30% (trinta por cento) do valor do procedimento, limitado a R\$ 100,00 (cem reais) por procedimento;

7) Internações psiquiátricas e por dependência química: 30% (trinta por cento) do valor dos serviços prestados a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de internação.

3.2 - Fundo Assistencial

O Fundo Assistencial, comum a todos os planos assistenciais administrados pelo Agros, foi instituído pela Resolução nº 54/1993 do Conselho de Administração e Diretoria Executiva do Instituto e homologado pela patrocinadora Universidade Federal de Viçosa, pela Portaria nº 1.190/1993, cujo montante foi indicado atuarialmente no Estudo B-02, alternativa 02, da Nota Técnica STEA: D.T.A 2/1657/93/187, em consonância com o §1º do artigo 39 da Lei nº 6.435/1977 e com o artigo 120 do Regulamento Básico do Agros.

As receitas provenientes do Fundo Assistencial são destinadas à cobertura das seguintes despesas:

a) Gastos assistenciais relativos aos participantes inscritos no PAS-UFV até 1º de setembro de 2005, e aos participantes fundadores do plano de benefício de natureza previdenciária do Agros, conforme previsto na Nota 2 da Resolução nº 201/2008, do Conselho Deliberativo do Agros;

b) Diferença de contribuição em virtude da adoção do teto de 5% do salário de contribuição;

c) Contribuição mensal, determinada segundo os mesmos critérios de cálculo do subsídio Governamental, previsto no Plano de custeio, para os aposentados e pensionistas do Plano A;

d) Destinação mensal de 0,2% dos recursos do Fundo para o Programa de Prevenção de Doenças e Promoção à Saúde a ser instituído pelo Agros.

3.3 - Garantias Financeiras

O Agros está sujeito à constituição ou observância, conforme o caso, das seguintes Garantias Financeiras previstas na Resolução RN ANS nº 209/2009, na forma e prazo estabelecidos no referido normativo:

a) Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA: representa o valor mínimo a ser observado no Patrimônio Social da Entidade. Trata-se de um compromisso da operadora e não do plano administrado.

b) Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados – PEONA: provisão destinada a fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora.

c) Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar – PSL: provisão destinada ao pagamento dos eventos já ocorridos e avisados à operadora, mas que ainda não tenham sido quitados.

Descrição	(R\$ Mil)	
	2010	2009
Provisões Técnicas:	3.287	2.811
Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar – PSL	2.147	1.952
Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados – PEONA	1.140	859
Fundo Assistencial	39.688	35.125

4. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis, a partir de janeiro de 2010, foram elaboradas, separadamente para cada segmento das atividades-fim (previdência e assistência), em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na extensão aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

Para o atendimento desses normativos, o Agros aperfeiçoou os seus controles internos, de forma a garantir informações segregadas por planos de benefícios e plano de gestão administrativa, desde a origem até o seu registro na contabilidade, proporcionando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

4.2 - Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

4.2.1 - Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

4.2.2 - Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

4.2.3 - Comparabilidade das Demonstrações Contábeis

A legislação que rege as EFPC não exige a divulgação dos demonstrativos contábeis de 2010 de forma comparativa. Ainda assim, o Agros optou por elaborar os demonstrativos com as duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial. Tal procedimento exigiu a correlação entre as contas na codificação contábil anterior, com as contas na codificação atual.

4.2.3 - Ativo Realizável – Gestão Previdencial e Assistencial

As contribuições das patrocinadoras e dos participantes são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições em atraso da patrocinadora UFV são atualizadas monetariamente, até a data base das demonstrações contábeis, com base na variação da TR – Taxa Referencial acrescida de 12% a.a., sem incidência de multa.

O Instituto registra provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa sobre os valores a receber em atraso.

- Para a atividade Previdencial, foram adotados os seguintes percentuais:

- a) 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- b) 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- c) 75% para atrasos entre 241 e 360 dias;
- d) 100% para atrasos superiores a 360 dias.

- Para a atividade Assistencial, foi adotado o seguinte critério: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

4.2.4 - Ativo Realizável – Gestão Administrativa

O Instituto registra as despesas que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes, como também, os adiantamentos de férias e 13º salários dos funcionários.

4.2.5 - Ativo Realizável - Investimentos

Renda Fixa e Renda Variável - O Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, por meio da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e disposições complementares, estabeleceu novos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, a partir de 1º de janeiro de 2002. As principais mudanças introduzidas referem-se à classificação e ao critério de avaliação dos títulos em duas categorias distintas, como segue:

- Títulos para negociação – Referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

- Títulos mantidos até o vencimento – Referem-se a títulos e valores mobiliários avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do exercício, exceto ações não resgatáveis, para as quais haja intenção e capacidade financeira do Instituto para mantê-las em carteira até o vencimento.

- Investimentos Imobiliários - Estão registrados pelo valor reavaliado, revisto a cada três anos, como determina a Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009 e Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e IN SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009. A reavaliação dos imóveis do Agros ocorreu em 20 de dezembro de 2010. Os trabalhos de reavaliação dos imóveis foram realizados pela empresa RAJA Engenharia Ltda. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas correspondentes à vida útil estimada dos bens.

- Operações com Participantes – Estão avaliadas pelo valor das operações, corrigidas pelo INPC-IBGE, acrescidas de juros de 0,60% ao mês e taxa de administração de 0,10% ao mês. A Taxa de Quitação por Morte -TQM e a Taxa para formação do Fundo Garantidor de Prestações – FGP (de contratação opcional) são variáveis, de acordo com a reavaliação da Assessoria Atuarial, realizada nos meses de março, junho, setembro e dezembro. O prazo de contratação dos empréstimos são de 06 a 72 meses. As normas das operações de empréstimos a participantes podem ser vistas na página do Agros: www.agros.org.br.

4.2.6 - Ativo Permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento do Instituto. Tais bens são registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base em taxas anuais aplicáveis.

Em 2010, o Conselho Deliberativo aprovou a construção de um anexo à sede do Agros, firmando assim Termo Aditivo ao convênio com a UFV, sem necessidade de contrapartida. O término dessa obra está previsto para o mês de abril de 2011. O objetivo da obra é melhorar as condições de trabalho e melhorar o atendimento aos participantes.

4.2.7 - Exigível Operacional

Representa os valores dos compromissos de curto prazo, das gestões previdencial, assistencial, administrativa e de investimentos.

4.2.8 - Exigível Contingencial

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades

das das gestões previdencial, assistencial, de investimentos e administrativa, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

4.2.9 - Provisões Matemáticas

Resulta de cálculos atuariais do valor atual dos compromissos futuros referentes aos benefícios decorrentes de aposentadorias e de pensões a serem pagos aos participantes, deduzidos do valor atual das contribuições futuras.

4.2.10 - Regime de Contabilização

As operações são registradas e apuradas em regime de competência, com exceção do plano AGROS CD-01 que, no recebimento de contribuições, utiliza o regime de caixa.

4.2.11 - Apuração dos Fluxos de Investimentos

Os resultados positivos ou negativos dos investimentos são apurados no Fluxo de Investimentos de cada plano.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL (EM R\$ MIL):

Ativo Realizável	2010	2009
Contribuições normais do mês a receber de patrocinadores	326	5
Contribuições normais do mês a receber de participantes	57	10
Contribuições normais em atraso a receber de patrocinadores	30.260	26.606
Contribuições normais em atraso a receber de participantes	9	0
(-) Provisão para créditos em atraso	(30.260)	(26.606)
Total	391	15

6. GESTÃO ASSISTENCIAL (EM R\$ MIL):

Ativo Realizável	2010	2009
Créditos com Planos de Saúde – contribuição patrocinadores	1.439	1.778
Créditos com Planos de Saúde – contribuição participantes	1.127	626
(-) Mensalidades a Receber em Atraso – participante	(170)	72
Participação dos Beneficiários em Eventos – Coparticipação	519	350
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos – Coparticipação	(51)	15
Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	4	123
Outros Valores e Bens	379	0
Depósitos Judiciais	87	0
Contribuições Normais em Atraso a Receber da Patroc. UFV	157.242	135.315
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos	(157.242)	(135.315)
Total	3.336	2.964

7. GESTÃO ADMINISTRATIVA (EM R\$ MIL):

Ativo Realizável	2010	2009
Despesas Antecipadas	16	15
Valores a Recuperar	4.254	3.723
Valores a Receber.	2.186	55
Adiantamentos	190	109
Outros – Consignação de Valores	0	13
Provisões p/perdas c/crédito de liquidação duvidosa	0	(23)
Total	6.646	3.892

8. INVESTIMENTO

8.1. Composição de Valores dos Investimentos em Renda Fixa (Em R\$ Mil):

	2010	2009
<u>Renda Fixa</u>		
Aplicações em Instituições Financeiras		
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros	324.890	300.152
Total (*)	324.890	300.152

8.2. Composição de Valores os Investimentos em Créditos Privados e Depósitos (Em R\$ Mil):

	2010	2009
<u>Companhias Abertas</u>		
Debêntures não Conversíveis	6.128	5.783
Total	6.128	5.783

8.3. Os vencimentos dos títulos dos fundos exclusivos a serem mantidos até o vencimento representados pelo valor líquido, são como seguem (Em R\$ Mil):

2011	21.140
2012	4.179
2013	37.972
2014	14.353
2015	10.105
2016	0
2017	23.565
Total	111.314

8.4. O Instituto classificou seus títulos e valores mobiliários de renda fixa existentes em 31 de dezembro de 2010, conforme descrito abaixo (Em R\$ Mil):

Descrição	Títulos Mantidos até o Vencimento		Títulos para Negociação
	Custo	Mercado	Mercado
Carteira própria e fundos exclusivos	(1)	(2)	(2)
Aplicações em Instituições Financeiras			
Quotas de Fundos Exclusivos de Investimentos - Renda Fixa	0	111.314	178.406
Companhia Abertas (Título de Empresas)			
Debêntures não Conversíveis	0	6.128	0
Total da carteira própria e fundos exclusivos	0	117.442	178.406
Carteiras administradas por terceiros			
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros - Renda Fixa - Fundos não Exclusivos	0	16.713	18.456
Total das carteiras administradas por terceiros	0	16.713	18.456
Total de investimentos em renda fixa	0	134.155	196.862

(1) Valor de aquisição acrescido dos rendimentos obtidos calculados "pró-rata tempore".

(2) Valor líquido provável de realização, obtido mediante aplicação de modelo ou técnica de precificação.

8.5. O Instituto tem a intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

8.6. Composição de Valores dos Investimentos em Ações (Em R\$ Mil):

	2010	2009
<u>Ações</u>		
Companhias Abertas		
Mercado à Vista	169.459	160.329
Total	169.459	160.329

8.7. Composição de Valores dos Investimentos em Empresas Emergentes (Em R\$ Mil)

	2010	2009
<u>Empresas Emergentes</u>		
Quotas de Fundos de Empresas Emergentes	3.422	5.798
Total	3.422	5.798

As quotas de fundos de investimento em empresas emergentes representam a parcela do Agros no Life Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes, que correspondem à participação de 33,45% do fundo. O fundo foi criado em junho de 2002 para administrar o aporte de recursos e a apropriação dos investimentos realizados no Hospital Life Center.

8.8. Composição de Valores dos Investimentos Imobiliários (Em R\$ Mil):

	2010	2009
<u>Investimentos Imobiliários</u>		
(a) Imóveis em Construção	129	0
Edifício Comendador Barbosa Melo - Reforma	129	0
(b) Imóveis uso Próprio	326	213
Edifício Comendador Barbosa Melo Escritório	326	213
Representações em BH		
(c) Edificações Locadas à Patrocinadora	3.977	2.100
Edifício Comendador Barbosa Melo	3.227	1.843
Edifício Brasília Rádio Center	750	257
(d) Edificações Locadas a Terceiros	54.684	44.015
Centro Comercial Arthur Bernardes Filho	26.450	17.307
Galpão Comercial em Viçosa	1.188	565
Edifício Mirafiori	2.323	1.487
Edifício Comendador Barbosa Melo	5.336	3.499
Edifício Mercantil	0	1.537
Life Center - Centro Cirúrgico Avançado	19.387	19.620
(e) Alugues e Direitos a Receber	959	1.050
(g) (-) Prov. p/ Perda s/ Crédito de Liquid. Duvidosa	(46)	0
Total	60.029	47.378

O Agros possui participação de 23,08% do complexo imobiliário hospitalar denominado Edifício Life Center. Em dezembro de 2010, o Instituto procedeu a reavaliação dos seus investimentos imobiliários, registrando o resultado na contabilidade em 31/12/2010. A reavaliação foi efetuada pela empresa RAJA Engenharia Ltda

8.9. Composição de Valores da Reavaliação Imobiliária (Em R\$ Mil):

Investimentos Imobiliários	Valor Contábil antes da Reavaliação	Valor Reavaliado 31/12/2010	Efeito da Reavaliação 31/12/2010
Imóvel de Uso Próprio	213	326	113
Edificações Locadas à Patrocinadora	2.046	3.977	1.931
Edificações Locadas a Terceiros	41.816	54.684	12.868
Total	44.075	58.987	14.912

Os ativos reavaliados continuarão a ser depreciados anualmente pela vida útil remanescente, estimada nos laudos de reavaliação.

8.10. Composição de Valores das Operações com Participantes (Em R\$ Mil):

	2010	2009
Operações com participantes		
Empréstimos a participantes	56.529	48.895
Empréstimo – Inadimplentes	0	46
Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida – EMAADI (*)	8.201	6.878
Total	64.730	55.819

(*) EMAADI – Os saldos dessa conta correspondem à concessão, aos participantes do Plano A, das importâncias equivalentes ao valor da Reserva de Poupança de cada um, sob a forma de Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida – EMAADI, com base em estudos atuariais e aprovação do Conselho Deliberativo. As amortizações ocorrem à medida que esses participantes se aposentam, com a aplicação de um fator redutor sobre os benefícios a serem pagos.

8.11. Composição de Valores dos Outros Realizáveis (Em R\$ Mil):

	2010	2009
Outros Realizáveis		
Coparticipações		
Fiança-Caução	179	102
		102

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - ASSISTENCIAL

	2010	2009
Vinculadas a Provisões Técnicas		
Títulos de Renda Fixa		
Quotas de Fundos de Exclusivos de Investimentos	1.382	1.006
Não Vinculadas		
Títulos de Renda Fixa		
Quotas de Fundos de Exclusivos de Investimentos	41.240	36.046
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	42.622	37.052

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas e o excedente da dependência operacional.

10. PERMANENTE (EM R\$ MIL):

Descrição	2010	2009
Imobilizado		
Instalações	18	19
Móveis e Utensílios	144	118
Máquinas e Equipamentos	148	150
Veículos	99	90
Biblioteca	6	6
Sistema de Comunicação	7	9
Computadores e Periféricos	196	106
Edificações – Sede do Agros	1.189	1.216
Obras em Andamento – Anexo à Sede do Agros	409	20
Sub-total	2.216	1.734
Intangível		
Software	1	1
Edificações – CCH-UFV	392	473
Sub-total	393	474
Total	2.609	2.208

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL (EM R\$ MIL):

	2010	2009
Gestão Previdenciários		
Benefício de pagamento único	36	0
Retenções a Recolher	283	8
Total	319	8
Gestão Assistencial		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	3.287	1.606
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	252	138
Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas c/ Planos de Saúde da Operadora	3	0
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	325	367
Débitos Diversos	838	0
Total	4.705	2.111
Gestão Administrativa		
Pessoal e Encargos a Pagar	1.408	845
Serviços Prestados	132	98
Fornecedores	3	5
Retenções a Recolher	230	87
Tributos a Pagar	1.689	100
Total	3.462	1.135
Investimentos		
Investimentos Imobiliários	10	8
Operações com Participantes	497	167
Fiança-Caução	179	102
Total	686	277
Total do Exigível Operacional	9.172	3.531

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (EM R\$ MIL):

Composição	Saldo em 31/12/2010	Acréscimos (decréscimos) de 2010	Saldo em 31/12/2009
Gestão Previdenciária	163	28	135
Gestão Assistencial	1.612	1.204	408
Gestão Administrativo	4.366	702	3.664
Investimentos	17.108	(72)	17.180
Total das Provisões Contingenciais	23.249	1.862	21.387

O Agros constituiu provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, tributárias, encargos sociais, aspectos civis e outros assuntos.

13. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS (EM R\$ MIL):

O Patrimônio de Cobertura dos Planos é formado pelo conjunto de contas que registram os compromissos atuariais e o excedente patrimonial apurado nos resultados dos planos.

O montante das Provisões Matemáticas consignadas no balanço patrimonial foi determinado pela assessoria atuarial: **ATEST – Consultoria Atuarial**. Os resultados dos planos decorrem da apuração contábil nos balancetes de cada plano, que é o confronto entre o arrecadado e as utilizações de recursos, adicionando-se os resultados financeiros obtidos (positivo ou negativo) com as suas aplicações.

A movimentação do exercício pode ser resumida da seguinte forma:

13.1 - Provisões Matemáticas

Composição	Saldos em 31.12.2010	Movimento de Provisões	Saldos em 31.12.2009
Provisões Matemáticas			
Benefícios Concedidos	145.265	15.039	130.226
Benefícios do Plano c/Geração Atual	145.265	15.039	130.226
- Plano A - CLT	47.811	(236)	48.047
- Plano B - RJU	97.454	15.275	82.179
Benefícios a Conceder	206.536	26.391	180.145
Contribuição Definida - CD	547	358	189
- Plano Agros CD-01	547	358	189
Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programada - BD	141.844	(38.038)	179.882
- Plano A - CLT	25.417	7.414	18.003
- Plano B - RJU	116.427	(45.452)	161.879
Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programada - BD	64.094	64.094	0
- Plano A - CLT (-)	3.176	3.176	0
- Plano B - RJU (-)	60.918	60.918	0
Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples - BD	51	(23)	74
- Plano A - CLT (-)	5	(2)	7
- Plano B - RJU (-)	46	(21)	67
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	351.801	41.619	310.371

13.2 - Resultado realizado

Composição	Saldos em 31.12.2010	Movimento de Provisões	Saldos em 31.12.2009
Resultado Realizado			
Superávit Técnico Acumulado	89.758	(93.554)	183.312
Reserva de Contingências	87.813	10.268	77.545
Plano A - CLT	19.102	2.588	16.514
Plano B - RJU	68.711	7.680	61.031
Reserva Especial para Revisão do Plano	1.945	(103.822)	105.767
Plano A - CLT	0	(39.032)	39.032
Plano B - RJU	1.945	(64.790)	66.735
TOTAL DO RESULTADO REALIZADO	89.758	(93.554)	183.312
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS	441.559	(52.124)	493.683

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - Geração Atual - corresponde ao valor atual dos compromissos futuros com participantes assistidos e beneficiários, em gozo de benefícios.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - São provisões atuariais correspondentes à diferença entre o valor dos benefícios para a geração atual que ainda não esteja em gozo de benefício, e o valor dos benefícios para a geração futura, menos o valor das contribuições das patrocinadoras, da geração atual e das gerações futuras, segregada como segue:

- Benefícios do Plano - Geração Atual - correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios (participantes ativos).
- Outras Contribuições da Geração Atual - correspondem ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras e dos integrantes da geração atual, que ainda não estejam em gozo de benefícios.
- Benefícios do Plano com Gerações Futuras - correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes das gerações futuras, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando em gozo de benefícios.

Superávit Técnico Acumulado - corresponde à sobra patrimonial em relação às reservas matemáticas líquidas, composto como segue:

- Reserva de Contingências – corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% das provisões matemáticas.

- Reserva Especial para Revisão de Plano – corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, acima de 25% das provisões matemáticas.

Os dados fornecidos para a avaliação atuarial de 2010 refletem a realidade de cada plano nos respectivos períodos: Plano A (30/11/2010); Plano B – RJU (31/08/2010); Plano C – Agros CD-01 (31/12/2010).

14. GESTÃO ASSISTENCIAL

Movimentação contábil registrada no Fundo Assistencial, conforme especificado na Nota Explicativa 3.1.4 (Em R\$ Mil):

Fundo Assistencial	2010	2009
Saldo no Início do Exercício	35.125	29.097
Receitas dos Planos Assistenciais	44.941	42.418
(-) Despesas dos Planos Assistenciais	(43.999)	(43.589)
Receitas Financeiras	6.170	10.018
(-) Custeio Administrativo	(2.549)	(1.558)
Evolução do Fundo Assistencial	4.563	7.289)
Saldo no Final do Exercício	39.688	36.386

15. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O AGROS funciona administrativamente separado da patrocinadora UFV, com orçamento e estrutura próprios.

As fontes de custeio administrativo previstas na Lei Complementar nº 108/2001 foram definidas em normas do órgão regulador e fiscalizador, quando da criação do Plano de Gestão Administrativa – PGA, previsto na Resolução nº CGPC 28/2009, de 26/01/2009 e Instrução Normativa nº 34/2009, de 24/9/2009. O regulamento do PGA do Agros foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 23/02/2010. Esse plano é um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Agros.

Essas fontes de Custeio Administrativo, para a cobertura das despesas administrativas dos planos de

benefícios, constituem-se de: contribuições dos participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, resultado dos investimentos, receitas administrativas e fundo administrativo.

15.1 - Critério de rateio das despesas Administrativas

As despesas administrativas de natureza comum são rateadas entre as Gestões Previdenciais, Assistenciais e de Investimentos, com percentuais de 92%, 7% e 1%, respectivamente, definidos pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

Para determinação do rateio dessas despesas comuns dentro do PGA e atribuí-las aos planos previdenciários, os critérios utilizados foram com base na participação de cada plano de benefício, no patrimônio dos planos previdenciários: Plano A, 24,96%, Plano B, 75% e Plano C, 0,04%.

Movimentação contábil registrada no Fundo Administrativo: (Em R\$ Mil):

	2010	2009
Saldo no Início do Exercício	27.561	28.143
Receitas	9.506	2.757
(-) Despesas	(15.754)	(8.712)
(-) Constituições / Reversões de Contingências	(412)	(1.290)
Fluxo dos Investimentos	4.218	6.663
Evolução do Fundo Administrativo	(2.442)	(582)
Saldo no Final do Exercício	25.119	27.561

16. PATRIMÔNIO SOCIAL DOS PLANOS

Identificação do Plano	2010	2009
Plano A – CLT	137.953	131.792
Plano B – RJU	431.330	396.005
Plano C – Agros CD-01	547	189
Plano Assistencial – Saúde	39.688	35.125
Plano de Gestão Administrativa – PGA	25.119	27.561

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização.

Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2010, tais como, contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

18. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, realiza monitoramento por meio de sistema contratado junto à RISKOFFICE Consultoria Financeira Ltda, e vem adotando ações que contribuem para o controle de riscos.

19. COBERTURA DE SEGUROS

É prática do Instituto manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado e para os investimentos imobiliários sujeitos a riscos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

20. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA INERENTE ÀS EFPC

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que modificou dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). A Lei, com vigência a partir de janeiro de 2008, exigiu, principalmente, a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões contábeis internacionais estabelecidos pelas normas emitidas pelo

“International Accounting Standard Board – IASB”. Os órgãos reguladores das EFPC e OPS emanam suas normas contábeis observando essas exigências.

A Resolução CGPC nº 28, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2010, altera a planificação contábil padrão, os relatórios das Demonstrações Contábeis e institui o Plano de Gestão Administrativa (PGA), bem como o seu Regulamento. A IN nº 34 da SPC estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. A Resolução CGPC nº 29 estabelece critérios e limites para custeio das despesas administrativas das EFPC. A Resolução CNPC nº 1, altera os anexos B e C da Resolução CGPC nº 28.

O Conselho Monetário Nacional promulgou em 24 de setembro de 2009, a Resolução nº 3.792, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC.

O Conselho Federal de Contabilidade, fundamentado na alínea “f” do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295/1946, alterado pela Lei nº 12.249/2010, dispõe sobre critérios na elaboração das demonstrações contábeis das EFPC para exercício de 2010 comparativas ao exercício de 2009, que devem conter o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e do fluxo financeiro desses exercícios.

A Resolução Normativa nº 207, da ANS, dispõe sobre a revisão do Plano de Contas Padrão para as operadoras de plano de assistência à saúde.

A Instrução Normativa nº 36, da DIOPE/ANS regula o art. 3º da Resolução Normativa ANS nº 207.

Viçosa, 31 de dezembro de 2010.

Regimar Ferreira de Freitas
Contador - CRC-MG 53.166
CPF: 478.633.236-49

Constantino José Gouvêa Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

José Henrique de Oliveira
Diretor de Seguridade

Luiz Sérgio Saraiva
Diretor Geral

Observações sobre as notas 14 e 16:

Com a nova planificação contábil instituída pela Resolução CNPC nº 028/2009, a partir de janeiro de 2010, o Agros, como EFPC criou o Plano de Gestão Administrativa – PGA, ocasionando a segregação dos valores do Patrimônio correspondentes à parte administrativa da Entidade para este novo ente: o PGA. Os saldos das contas de cada plano foram alocados na nova estrutura, numa tabela de correlação de contas: um “de/para”.

A planificação da PREVIC prevê apenas a representação do patrimônio assistencial em uma única conta, no Ativo e no Passivo: Gestão Assistencial. Porém nas demonstrações específicas exigidas pela ANS, essa rubrica, no passivo, é apresentada com todos os níveis de detalhe.

No quadro do Fundo Assistencial, em 2009, estavam incluídas as provisões técnicas (provisões de riscos e provisões para eventos ocorridos e não avisados – PEONA), que na planificação contábil da ANS, adotada em 2010 pelas OPS, sofreram deslocamento nos níveis de contas, fora do grupo do Patrimônio Social, onde se contabiliza o Fundo Assistencial. Daí o saldo final de 2009 ser divergente do inicial de 2010.

Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista *Encerramento do exercício de 2010*

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Celetista do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2010.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 19,1 milhões, registrado em sua totalidade na Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Celetista do AGROS.

Belo Horizonte, 04 de março de 2011.
ATEST – Atuária e Estatística Ltda.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA nº 88

Alini Aparecida de Carvalho
Atuária MIBA nº 1.681

Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário

Encerramento do exercício de 2010

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2010.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 70,6 milhões, segregado em R\$ 68,7 milhões na conta

Reserva de Contingência, e o valor excedente, de R\$ 1,9 milhões, na Reserva Especial para Revisão do Plano.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS.

Belo Horizonte, 04 de março de 2011.
ATEST – Atuária e Estatística Ltda.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA nº 88

Alini Aparecida de Carvalho
Atuária MIBA nº 1.681

Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01 *Encerramento do exercício de 2010*

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial, hipóteses apropriadas e características de plano de contribuição definida, o Plano Instituidor

AGROS CD-01 do AGROS encontra-se em situação de equilíbrio financeiro e atuarial.

As provisões matemáticas do plano equivalem a R\$ 546,8 mil.

Belo Horizonte, 04 de março de 2011.
ATEST – Atuária e Estatística Ltda.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA nº 88

Alini Aparecida de Carvalho
Atuária MIBA nº 1.681

AUD/034/173/11



Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores do
AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social

Examinamos as demonstrações contábeis do AGROS - Instituto UFV de Seguridade Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, as demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios, as demonstrações da mutação do Ativo líquido – por plano de benefícios e consolidada, as demonstrações das obrigações atuariais dos planos de benefícios e a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada e balanço patrimonial – ativo e passivo, demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio social e demonstração dos fluxos de caixa, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

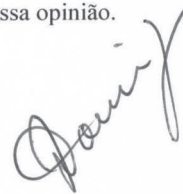
A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraudes ou erros.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraudes ou erros. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



AUD/034/173/11



Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do AGROS - Instituto UFV de Seguridade Social, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e o desempenho de suas operações para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Ênfases

1) Demonstrações contábeis consolidadas

Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da entidade, tendo em vista suas atividades previdencial e assistencial, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C, da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, com as alterações dadas pela Resolução CNPC nº 01/2011, bem como a Resolução Normativa ANS nº 207/2009 de 22 de dezembro de 2009 e Instrução Normativa nº 36/2009 da DIOPE-ANS de 22 de dezembro 2009 (capítulo V).

2) Comparabilidade com o exercício anterior

Conforme mencionado na nota 20, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, bem como às Operadoras de Planos de Saúde – OPS, reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS foram alteradas a partir de 2010 e as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e o fluxo financeiro desse exercício, estão sendo apresentadas de acordo com o novo padrão contábil para fins de comparabilidade.

3) Plano de gestão assistencial

Os balanços patrimoniais consolidados do AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, incorporam os balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa do Plano de Gestão Assistencial, referentes aos exercícios findos naquelas datas, preparados segundo normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que são demonstrados em separado.

Viçosa, 29 de março de 2011.

Auditasse Auditores Independentes S/S
CRC-RJ nº 237


Jorge Domingues
Contador CRC-RJ nº 020.628-6 “S” MG

GLOSSÁRIO

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar - Órgão do Governo Federal, ligado ao Ministério da Saúde, que regula as Operadoras de Planos de Saúde no Brasil.

Autogestão - Autogestão em saúde é a forma na qual as próprias empresas administram ou terceirizam a administração de programas de assistência à saúde para seus empregados. É uma modalidade sem fins lucrativos e destina-se a empregados ativos, aposentados, pensionistas ou associados, e seus dependentes, participantes de empresas, associações, sindicatos, fundações, caixas de assistência ou entidades de classe profissional.

Benchmark - Referência/Indicador utilizado para comparar a lucratividade entre investimentos, produtos, serviços e taxas.

Benefício Definido – BD - É uma modalidade de plano de benefício em que o benefício complementar é estabelecido no momento da adesão do participante com base em valores pré-fixados ou em fórmulas de cálculo pre-vistas em regulamento. Para cumprir os compromissos firmados com o participante, o plano recolhe contribuições que podem variar no curso do tempo. O benefício definido caracteriza-se por suas contas coletivas e seu caráter mutualista.

Cálculo atuarial - Metodologia de cálculo que prevê riscos, estimativas de vida e os correlaciona aos custos de um plano de previdência; no mercado financeiro, designa a junção da matemática financeira, análise de investimentos e estatística.

CLT - Documento, estatuto, com normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho. Instituído pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

Commodities - O termo significa mercadoria, mas no mercado financeiro significa algum tipo de produto com grau pequeno de industrialização (bem primário, em estado bruto), produzido em escala mundial e com características homogêneas, cujo preço é determinado pela oferta e procura internacional e de grande importância econômica no mercado de importação e exportação. Ex.: café, algodão, soja, cobre, petróleo etc.

Contratos a termo - Compreende as operações de compra e venda realizadas em pregão, relativas a contratos autorizados pela BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros, para liquidação no final do prazo estabelecido destes contratos ou, antecipadamente, por solicitação do comprador.

Contribuição Definida – CD - Modalidade de plano em que o valor do benefício complementar é estabelecido apenas no momento da sua concessão, com base no montante acumulado das contribuições feitas individualmente. Num plano CD, como o benefício não é definido, as contribuições não necessariamente precisam ser revistas. E mais: o benefício será proporcional ao saldo existente na conta do participante, na data da sua concessão.

Coparticipações - Representa o pagamento de uma parte de determinados procedimentos, conforme previsto no contrato do plano de saúde, além da contribuição mensal do participante.

Demonstrações contábeis - Conjunto de relatórios emitidos anualmente pelas EFPCs. As Demonstrações Contábeis são compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos Financeiros e notas explicativas.

Dependentes diretos - São os dependentes que legalmente têm relação de dependência com o participante. No caso do Agros, a relação de dependência vai até os 21 anos e, para os universitários, vai até os 24 anos.

Dependentes especiais - São os dependentes que perdem a condição de dependente e que façam opção de permanecer no plano. Também podem ser dependentes especiais os netos de participantes e os pais que sejam economicamente dependentes para o Imposto de Renda.

Derivativos - Qualquer ativo financeiro cujo valor é derivado de um outro ativo, ou cujos valores estão vinculados ao comportamento futuro de outros mercados, como, por exemplo, o mercado de juros.

Destinação Obrigatória do Superávit - Definida na Resolução Normativa 26, é a destinação aos participantes, de parte das reservas excedentes por três exercícios consecutivos, sob forma de redução de contribuição, criação de novos benefícios e/ou melhoria dos benefícios existentes.

Direitos creditórios de liquidação duvidosa - Direitos a determinado crédito e títulos representativos desses direitos, originários de operações realizadas nos seguimentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, bem como em outros ativos financeiros e modalidades de investimento.

EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar - Também conhecida como Fundo de Pensão, é a entidade constituída sob a forma de sociedade civil ou fundação, sem fins lucrativos, com a finalidade de administrar planos privados de concessão de benefícios complementares, acessíveis a grupos específicos de pessoas, por intermédio de seus empregadores, chamados de patrocinadores. Atualmente, podem oferecer seus planos a grupos de associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, por meio de suas respectivas entidades representativas, denominadas instituidores.

Empresas emergentes - Companhia que apresenta faturamento líquido anual inferior a R\$ 30 milhões, em moeda corrente nacional, apurado no balanço de encerramento de exercício anterior à aquisição dos valores mobiliários de sua emissão.

Empréstimo de ações - Serviço de empréstimos de ações realizado por entidades de serviços de liquidação, registro e custódia, mediante autorização prévia dos titulares das ações, e intermediadas por Corretoras ou Distribuidoras de Valores Mobiliários.

FGP – Fundo Garantidor de Prestações - Taxa cobrada nas prestações de empréstimos aos participantes. Esta taxa permite a dispensa dos avalistas nos contratos de empréstimos.

Fundo Administrativo - Aquele destinado à cobertura de despesas de administração do plano de benefícios previdenciário e/ou assistencial administrado pela entidade.

Fundo Assistencial - Reserva constituída pelo AGROS em 1993, com base no excedente patrimonial do instituto, com a finalidade de ajudar a custear os planos assistenciais.

Fundo Previdenciário para Reserva Especial - Fundo criado a partir da destinação do superávit, com o objetivo de garantir os benefícios estabelecidos nas formas de destinação.

Fundos exclusivos - Fundo de investimento que tem número restrito de investidores.

Índice do Plano - Índice econômico ou financeiro utilizado para corrigir monetariamente benefícios e outros valores do plano de benefícios.

Instituidor - Pessoa jurídica de caráter profissional classista ou setorial, como sindicato e associação, que oferece aos seus associados planos de benefício previdenciário administrados por uma EFPC. Poderão ser instituidores: I - os conselhos profissionais e enti-

dades de classe nos quais seja necessário o registro para o exercício da profissão; II — os sindicatos, as centrais sindicais e as respectivas federações e confederações; III - as cooperativas que congreguem membros de categorias ou classe de profissões regulamentadas; IV - as associações profissionais legalmente constituídas; V - outras pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, desde que autorizadas pelo órgão fiscalizador.

Meta Atuarial - Valor mínimo esperado para o retorno de investimentos dos recursos garantidores do plano de benefícios, geralmente fixado como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com o Índice do Plano.

OPS – Operadora de Planos de Saúde - Toda pessoa jurídica de direito privado, independentemente da forma jurídica de sua constituição, que ofereça planos de saúde mediante contraprestações pecuniárias (contribuições e participações), com atendimento em serviços próprios ou de terceiros.

Participantes fundadores - Aqueles que mantinham vínculo empregatício com as patrocinadoras e se inscreveram no plano de benefícios de natureza previdenciária do Agros em data anterior a 1º de janeiro de 1991.

Passivos contingentes ou exigível contingencial - Somatório dos valores relativos aos fatos contábeis administrativos, trabalhistas e fiscais, oriundos de interpretações divergentes, que possam merecer decisões futuras, gerando ou não desembolso financeiro.

Patrocinador - Empresa ou grupo de empresas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os municípios, autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas que instituem e patrocinem, para seus empregados ou servidores, plano de benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de uma EFPC.

Plano de Natureza Assistencial - Conjunto de regras definidoras de serviços de assistência à saúde, com custeio específico, e contabilização e patrimônio mantidos em separado em relação ao plano de benefícios previdenciários.

Planos de Natureza Previdenciária - Conjunto de regras definidoras de benefícios de caráter previdenciário, com as relações jurídicas estabelecidas entre os participantes, patrocinadores ou instituidores.

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Órgão do Governo Federal ligado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, que

regula e fiscaliza as Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Brasil.

Provisão Matemática - Conta contábil que registra o valor da re-serva matemática do plano de benefícios.

Regime de caixa - É o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Regime de Capitalização - O regime financeiro de capitalização é aquele que considera, na fixação das reservas técnicas, o compromisso total da entidade para com os participantes, de tal modo que, em relação a esses compromissos, possa a entidade atendê-los sem a utilização de outros recursos de sua arrecadação, se as condições estabelecidas se verificarem.

Regime de competência - Quando na apuração dos resultados são consideradas as receitas e despesas, independentemente das datas do pagamento ou recebimento. É obrigatório nas entidades com fins lucrativos.

Renda Fixa - Tipo de aplicação em que o rendimento é previamente conhecido do mercado financeiro, ao contrário da renda variável. Pode ser prefixado (ao comprar o título o investidor já sabe quanto receberá ao final de um período), ou pós-fixado (o rendimento será proporcional a um índice de inflação). São exemplos de renda fixa a caderneta de poupança, o CDB (Certificado de Depósito Bancário) e debêntures.

Renda Variável - Tipo de investimento em que o retorno é pouco previsível por estar sujeito a grandes variações no mercado, como no caso das ações de empresas, por exemplo.

Reserva Matemática - Valor monetário que designa os compromissos da EFPC em relação a seus participantes em uma determinada data. Corresponde à soma da reserva matemática de benefícios a conceder e a reserva matemática de benefícios concedidos.

Resultado realizado - É o lucro líquido ou prejuízo de um período apurado e apresentado nas demonstrações contábeis

Risco de Contraparte - Possibilidade de perda associada a ações não intencionais de pessoas envolvidas em negócios da Entidade (equivocos, omissão, distração, negligência ou falta de qualificação profissional);

Risco de Liquidez - Possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas.

Risco de Mercado - Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas de instrumentos financeiros. Por exemplo: mercados de índices, ações, derivativos e commodities

Risco Legal - Possibilidade de perda decorrente de ações ajuizadas pela empresa ou contra ela.

Risco Operacional - Possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação, interpretação indevida de regulamentos e normas ou ações intencionais e não intencionais de pessoas envolvidas em negócios da entidade.

RJU - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. Instituído com a lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que alterou o regime de trabalho dos servidores públicos que antes dessa lei eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT

Salário de Contribuição - Base para o cálculo da contribuição do participante para o plano de benefícios.

SIAPÉ - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – ferramenta responsável por organizar o pagamento dos servidores civis da união.

Swap - Termo em inglês utilizado no mercado financeiro para um contrato de troca, geralmente, obrigações, não havendo entrega ou recebimento do objeto do contrato. A maioria dos swaps hoje envolve pagamentos de juros ou moeda.

Valores mobiliários - Designação geral dos créditos em dinheiro ou coisa móvel, ações, obrigações títulos negociáveis, etc. Ex. ações, debêntures, quotas de fundos ou clubes de investimentos, contratos futuros etc.